

Parecer nº 202/99

Data: 1999.11.24

Processo nº 651

Requerente: Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM).

1. Os factos

- 1.1. José Geraudes de Matos, técnico principal a desempenhar funções na Direcção de Serviços das Florestas, da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DSF/DRATM), solicitou ao respectivo director de serviços – alegadamente para efeitos judiciais – *“fotocópias autenticadas dos boletins das ajudas de custo dos meses de Janeiro, Fevereiro e Abril, do ano de 1998, do Sr. Chefe de Divisão da Caça e Pesca nas Águas Interiores, bem como dos respectivos movimentos de viatura utilizada nas deslocações, e projectos de deslocação do mês de Abril, contendo os registos de entrada nesta Direcção de Serviços e as datas das suas devoluções ao interessado com as respectivas autorizações”*.

Nesse seu requerimento, afirma que faz o pedido *“ao abrigo do nº 3 do artigo 62º do Código do Procedimento Administrativo, por se considerar parte interessada no apuramento da verdade dos factos que foram objecto de uma sua participação, os quais foram dados como não provados pelo Instrutor do respectivo processo”*. Assim sendo, não foi invocado preceito algum da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

- 1.2. Por ter dúvidas quanto à possibilidade de, segundo a referida Lei, ser facultado o acesso aos documentos pretendidos, a DRATM solicitou o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), fazendo-o nos termos do nº 2 do artigo 15º da LADA.

2. O Direito

- 2.1. O pedido do interessado à DSF/DRATM foi, como se disse, formulado ao abrigo do nº 3 do artigo 62º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

Não cabe neste âmbito analisar essa mesma solicitação, já que aquilo que foi formalizado (pela DRATM) perante a CADA foi um pedido de parecer, a emitir no quadro da LADA. Será, pois, por referência a esta Lei que será dado o presente parecer.

- 2.2. Porque, no seu pedido formulado à DSF/DRATM, o interessado invocou o CPA, tal entidade não tinha, em rigor, de adoptar uma das condutas a que se referem as diversas alíneas do nº 1 do artigo 15º da LADA. Refira-se, porém, que deveria ter dado cumprimento ao disposto no nº 1 do artigo 82º da Lei de Processo nos Tribunais Administrativos (LPTA). – aprovada pelo Decreto-Lei nº 267/85, de 16 de Julho -, que é do seguinte teor: *“A fim de permitir o uso de meios administrativos ou contenciosos, devem as autoridades públicas facultar a consulta de documentos ou processos e passar certidões, a requerimento do interessado ou do Ministério Público, no prazo de 10 dias, salvo em matérias secretas ou confidenciais”*.

- 2.3. Os documentos a que José Geraldês de Matos pretende aceder não se enquadram na noção de documentos nominativos, i. e., de documentos contendo dados pessoais – cfr. LADA, artigo 4º, nº 1, alíneas b) e c). São, de acordo com a alínea a) do mesmo preceito, meros documentos administrativos, aos quais é possível um acesso sem restrições, ou seja, um acesso incondicionado – cfr. nºs 1 e 2 do artigo 7º da mesma Lei.

De facto, tais documentos mais não traduzirão do que a observância de preceitos legais e/ou regulamentares e a sua aplicação à concreta situação funcional do Chefe de Divisão da Caça e Pesca nas Águas Interiores.

- 2.4. Ora, não se tratando – como se deixou dito –, de documentos nominativos, entende-se que deverá ser facultado ao interessado o acesso aos mesmos, pela via requerida, qual seja, a da reprodução por fotocópia e a respectiva autenticação pelos Serviços.

2.5. Quanto ao pagamento do encargo correspondente à solicitada reprodução, envia-se, para orientação, cópia do parecer emitido pela CADA no processo nº 726.

3. Conclusão

Em face de quanto antecede, é parecer da CADA o seguinte:

Deverá ser facultado a José Geraldes de Matos o acesso aos documentos pretendidos, pela via requerida, qual seja, a da reprodução por fotocópia e a respectiva autenticação pelos Serviços, reprodução essa que será feita a expensas do interessado, devendo o respectivo pagamento orientar-se pelos critérios legais (cfr. parecer emitido pela CADA no processo nº 726).

Lisboa, 24 de Novembro de 1999.

Narana Coissoró (Relator) – *João Figueiredo* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* –
Amadeu Guerra – *Castro Martins* (Presidente)